

A. I. Nº 281077.0017/23-0
AUTUADO NUTRITON COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE ANDREA FALCÃO PEIXOTO
ORIGEM DAT NORTE / INFAZ RECÔNCAVO
PUBLICAÇÃO INTERNET – 08/11/2023

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0168-01/23-VD**

EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PELO RESPONSÁVEL. Alegação do autuado de que efetuara o recolhimento do ICMS diferido antes do início da ação fiscal restou comprovada. A própria autuante na Informação Fiscal reconheceu assistir razão ao autuado. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/03/2023, formaliza a exigência de crédito tributário no valor histórico total de R\$ 60.000,00, acrescido da multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração à legislação do ICMS imputada ao autuado: *Infração 01 – 002.010.001 – Deixou de proceder o recolhimento do ICMS substituído por diferimento na condição de responsável pelo recolhimento do imposto diferido.*

Período de ocorrência: abril a junho de 2022.

O autuado apresentou Defesa (fls. 17 a 22). Reporta-se sobre a tempestividade da peça defensiva. Apresenta uma síntese da autuação.

No mérito, afirma que o valor exigido no presente Auto de Infração foi recolhido em 03/02/2023, conforme espelho da SEFAZ/BA e comprovante de pagamento, cujo *print* apresenta.

Finaliza a peça defensiva requerendo que o Auto de Infração seja julgado totalmente improcedente.

A autuante prestou Informação Fiscal (fl. 33) dizendo que diante da comprovação do recolhimento do valor exigido a alegação defensiva procede, inexistindo valores a recolher.

VOTO

A acusação fiscal é de que o autuado deixou de recolher o ICMS diferido na condição de responsável pelo recolhimento.

Verifico que no presente caso não há o que se discutir.

Isso porque, o autuado foi acusado de não ter recolhido o ICMS diferido na condição de responsável pelo recolhimento, contudo comprovou mediante apresentação de documentos que efetuara o pagamento antes do início da ação fiscal.

Observo que o autuado efetuou o pagamento do ICMS diferido referente ao período objeto da autuação - abril a junho de 2022-, em 03/02/2023, sendo que o início da ação fiscal ocorreu em 08/03/2023, conforme Termo de Início de Fiscalização acostado à fl. 04 dos autos, enviado ao autuado, via DT-e, cuja ciência se deu em 09/03/2023.

Diante disso, não resta dúvida que a autuação é improcedente, registre-se, fato admitido corretamente pela própria autuante.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão unânime, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281077.0017/23-0**, lavrado contra **NUTRITON COMÉRCIO LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUZA GOUVÊA - JULGADOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - JULGADOR

